

VEÍCULOS DEMITEM PROFISSIONAIS ÀS DEZENAS

Por Rute Pina
e Victor de Andrade Lopes

O alto número de jornalistas demitidos em São Paulo desde o começo do ano sinaliza para a precarização da profissão e obscurece o futuro da categoria

Lugar de repórter é na rua? Para os grandes grupos de comunicação de São Paulo, parece que sim. Só que eles interpretaram a expressão do pior jeito possível e resolveram colocar cerca de 250 profissionais de imprensa no olho da rua, num período de poucos meses. Desde o início de 2011, centenas de trabalhadores vêm sendo demitidos das redações de São Paulo, e, na maior parte dos casos, dezenas perderam seus empregos de uma vez só. Até revistas e jornais inteiros foram extintos, sem que suas equipes fossem remanejadas. Esse processo de “enxugamento” dos veículos seria reflexo da precarização do jornalismo? Como fica a perspectiva do profissional de imprensa frente a esses acontecimentos?

Os números assustam: do periódico *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, foram demitidos 22 jornalistas no dia 16 de fevereiro (ironicamente, o Dia do Repórter). O jornal alegou que as demissões eram parte de uma série de medidas para acertar as “metas orçamentárias” do Grupo Estado, como se o salário dos profissionais tivesse alguma significância frente aos lucros do grupo da família Mesquita, que em janeiro deste ano anunciou um aumento de 11% nas vendas de exemplares impressos e digitais do diário. Outro grupo de 22 profissionais, desta vez da Rede TV!, também foi parar na rua, ao reivindicar melhores condições de trabalho. A Fundação Padre Anchieta, mantenedora da *TV Cultura*, protagonizou a maior redução de quadro profissional entre as empresas midiáticas: foram 150 demitidos num único dia, embora só dez fossem jornalistas (os outros eram técnicos de rádio e televisão). Segundo matéria do site *Comunique-se*, o presidente do canal paulista, João Sayad, considera que, por incrível que pareça, o corte violento foi “natural”, já que todas as empresas passam pelo que o empresário chamou de “uma reestruturação contínua”. O Grupo Abril, por sua vez, extinguiu não só empregos, mas também publicações inteiras. Somando o time de jornalistas que contribuíram para as finadas revistas *Vida Simples* e *Aventuras na História*, foram 22 baixas. Curiosamente, o grupo de comunicação apresentou, em 2010, seu maior faturamento da história: R\$2,1 bilhões. Outra publicação extinta foi o jornal *Meia-Hora*, do grupo Ejesa, cujos dez profissionais ficaram sem trabalho.

Pior para os que ficam – O diretor regional do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), Edvaldo Antonio de Almeida, diz que a profissão apresenta uma rotatividade alta, mas o que está havendo de diferente nestas demissões é o fechamento abusivo de vagas. “É normal que haja uma rotatividade dentro da empresa: sai um e entra outro. Contudo, a vaga fica aberta, o que não ocorreu nestas demissões em especial”, afirma.



Os prejudicados não são somente os próprios demitidos, mas também os que ficam nas redações. Com menos pessoas trabalhando, os que restam precisam fazer a sua parte e a dos ex-colegas, sofrendo o chamado “acúmulo de funções”: uma única pessoa fica encarregada de atividades que não eram suas antes, quase sempre sem um aumento no salário. Um profissional que antes “apenas” escrevia, agora tem que editar e fotografar, por exemplo.

Lúcia Rodrigues, repórter da *Caros Amigos* e integrante do movimento Sindicato é Pra Lutar, de oposição à atual gestão do SJSP, vê isso como uma barreira para a prática do jornalismo: “como é que ele [o jornalista] vai querer que as pessoas reflitam se ele próprio não consegue refletir sobre a própria realidade que vivencia?”, questiona a repórter.

Edvaldo também lembra a estratégia que as empresas têm utilizado cortar gastos, precarizando ainda mais o trabalho do jornalista: a contratação de “PJ”, ou pessoa jurídica. Por meio desta manobra, o jornalista é contratado e presta serviços sem as mediações de legislações trabalhistas, como a CLT, como se a própria pessoa fosse uma empresa. “O salário pode até ser maior que a média, mas você perde todos os benefícios e direitos de um trabalhador convencional (férias, seguro contra acidentes pessoais, etc.)”, diz ele.

A famigerada “queda do diploma” – termo designado à lei que derrubou a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista – também pode ser considerada um dos fatores que agravaram o fenômeno. Para Lúcia, “a queda do diploma foi para favorecer os pa-

trões. Quando você coloca mais gente no mercado de trabalho você tem a lei da oferta e demanda. Se você tem uma oferta muito grande de trabalhadores na praça, os salários tenderão a cair ainda mais e então é uma forma de pressionar ainda mais uma classe que é tão massacrada”.

De fato, a não-obrigatoriedade do diploma tira do jornalismo a necessidade de uma regulamentação própria, necessária pelas peculiaridades da profissão. Segundo Edvaldo, pelo fato da profissão ser muito estressante e os profissionais estarem submetidos a situações de risco do que em outras profissões em geral, a jornada de trabalho imposta pelo Ministério do Trabalho é de 5 horas diárias, e não 8 como em boa parte das profissões. Contudo, isso é facilmente burlável.

Tolerância zero – Nem sempre as demissões são reflexo apenas do enxugamento das redações. Alguns casos específicos evidenciam que o jornalista tem cada vez menos voz dentro de veículos que se dizem favoráveis à liberdade de imprensa. Um exemplo é o caso recente da ex-repórter do *Agora São Paulo*, Carol Rocha; e do ex editor-assistente de política da *Folha de S. Paulo* (ambas as publicações do Grupo Folha), Alec Duarte, que perderam seus empregos após uma rápida troca de mensagens na rede social Twitter: O editor teria brincado com o fato de jornais manterem obituários prontos para personalidades que parecem estar prestes a morrer (no caso, o ex-vice-presidente José Alencar): “Nunca um obituário esteve tão pronto. É só apertar o botão.” Carol então respondeu: “Mas na Folha.com nada ainda... esqueceram de apertar o botão. rs”. Por fim, Alec retrucou: “Ah sim, a melhor orientação ever.

“**O SINDICATO DE SÃO PAULO POUCO FAZ. ELES NÃO SABEM O QUE ACONTECE DENTRO DAS REDAÇÕES, NÃO VÃO CONVERSAR COM A BASE. FICAM FAZENDO A COISA DE DENTRO DA SEDE DO SINDICATO, TRANSFORMARAM-NO EM UMA ESPÉCIE DE FEUDO**”



Reprodução

O último a dar qualquer morte. É o preço por um erro gravíssimo” (em referência ao fato do jornal ter anunciado equivocadamente a morte do então senador Romeu Tuma). A reportagem do **Contraponto** tentou contatar a repórter, mas ela preferiu não conceder entrevista por estar buscando orientação jurídica para o episódio.

Curiosamente, outros jornalistas mais conhecidos cometem erros graves mas mantêm seus empregos mesmo assim. É o caso do âncora Boris Casoy, da Rede Bandeirantes, cujo comentário preconceituoso para com garis foi captado pelo áudio do Jornal da Band, onde ele trabalhava, e levado ao ar para o Brasil inteiro. É possível conferir a cena em sites de vídeos na internet. Outro caso, no mesmo canal, desta vez protagonizado pelo repórter Danilo Gentili, do programa CQC, e novamente envolvendo o microblog Twitter, causou polêmica: o jornalista e humorista fez uma piada de mau gosto com os judeus do bairro Higienópolis, afirmando que eles teriam “medo” do metrô no bairro porque o último vagão que viram na vida ia para Auschwitz, o mais famoso campo de concentração nazista. Por que em casos como esses o profissional mantém seu emprego, enquanto outros não tão populares vão parar na rua por motivos insignificantes?

Resposta e atuação dos órgãos representativos – Como reação às centenas de demissões ocorridas neste ano, as entidades que representam a categoria posicionaram-se sobre o problema. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) limitou-se a apoiar notas de outras entidades ou se solidarizar com grupos de jornalistas demitidos Brasil afora. Até o momento, não hou-

ve nenhuma nota oficial por parte da federação que pudesse representar a opinião da organização de alguma forma com relação às demissões como um todo.

Todavia, Maria José Braga, vice-presidente da FENAJ, afirmou em entrevista concedida ao **Contraponto** acreditar que o ocorrido é apenas reflexo da “velha prática empresarial de resolver questões de gestão da maneira que consideram a mais fácil e rápida: com demissões”.

Já o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no *Estado de São Paulo*, publicou nota de repúdio à maneira como os jornalistas são tratados pelos lugares em que trabalham: “são equiparados pelas empresas a equipamentos, meros ‘insumos’ que podem ser disponibilizados da forma que melhor lhes convier”. O texto também lembra que as atitudes dos veículos são inconstitucionais, pois a empresa deve cumprir sempre com sua função social, o que pressupõe observar a solidariedade, promover a justiça social, buscar o pleno emprego, a redução das desigualdades sociais, o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana. Segundo a nota, é um desrespeito à Constituição deixar de cumprir esses preceitos apenas “para resguardar – ou ampliar – a margem de lu-

cro dos acionistas”.

Entretanto, a resposta do órgão de defesa da categoria paulista parece não ter sido suficiente. Lúcia Rodrigues considera fraca a atuação da entidade. “O sindicato de São Paulo pouco faz. Eles não sabem o que acontece dentro das redações, não vão conversar com a base. Ficam fazendo a coisa de dentro da sede do sindicato, transformaram-no em uma espécie de feudo”. Segundo a repórter, o sindicato não vai até as redações e prefere agir de dentro daquilo que virou a casa deles. “É como se os membros da atual gestão cedessem a uma tendência que já afeta o jornalismo como um todo: o profissional vai cada vez menos para a rua, e apura cada vez mais por telefone ou e-mail. Perde todo o contato humano que deveria nortear a prática da profissão”.

A falta de conhecimento do sindicato sobre o cotidiano das redações pode ser exemplificada, segundo a jornalista, em um episódio que ocorreu também este ano. Em matéria divulgada no portal *Comunique-se* no dia 18 de março, jornalistas do *Agora São Paulo*, “primo pobre” da *Folha de S. Paulo*, denunciaram as péssimas condições a que estavam submetidos no trabalho, alegando trabalhar de 12 a 15 horas por dia sem direito a banco de horas ou horas extras. Procurado pela reportagem do site, o sindicato disse desconhecer as irregularidades quando estas, segundo Lucia, são as mesmas desde o início da década de 1990 quando o jornal ainda se chamava *Folha da Tarde*. “O sindicato não pode se surpreender com este tipo de coisa”, alerta.

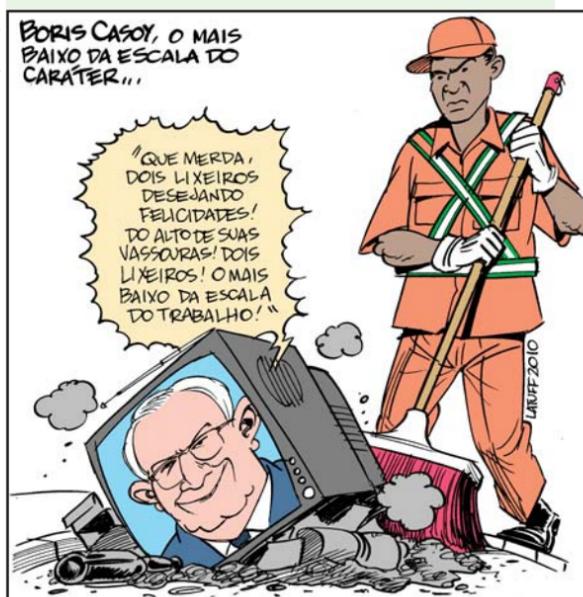
Perspectivas – Em São Paulo, diferentemente de outras regiões do país, a classe dos jornalistas não é organizada. Enquanto que em Sergipe, a equipe da filial local da Rede Globo paralisou as atividades por dois dias para protestar contra o assédio moral que sofriam do chefe, por aqui não foram organizadas manifestações ou protestos. A desorganização se dá por três motivos básicos: um sindicato que não vai até onde está a raiz dos problemas (as redações), uma categoria desunida (há um sindicato para radialistas e outro para jornalistas, por exemplo) e, ainda, o fato do próprio profissional não ter consciência de sua situação. “O jornalista vai até o sertão e faz uma reportagem denunciando um regime de semi-escravidão e não percebe ou pelo menos finge não perceber que a sua não é tão diferente”, comenta Edvaldo.

A fragmentação da categoria significa dificuldades futuras para contestar demissões em massa e injustificáveis posteriores, pois em tempos de crise a articulação conjunta dos trabalhadores é imprescindível para estancar o processo de enxugamento das redações. “Para problemas coletivos não há soluções individuais”, afirma Lúcia.

A vice-presidente da FENAJ vislumbra melhoras neste quadro para os próximos anos se os jornalistas se unirem e refletir acerca do assunto. “A melhor maneira de combater o problema é aproveitar a Conferência do Trabalho Digno, a ser realizada no Brasil em 2012. Até lá, a categoria deve organizar conferências estaduais. É uma oportunidade para os trabalhadores discutirem os graves problemas do mundo do trabalho e apontarem soluções para eles”, conta.

O jornalismo perde não só profissionais ao se sujeitar a demissões injustificáveis e com o assédio moral como também sua qualidade e torna-se mediocrizado. Perde com isso também toda a sociedade a quem destina o trabalho destes profissionais.

Reprodução



Reprodução

